

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Balanço Social Consolidado

2016

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	METODOLOGIA.....	3
III.	SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1.	Distribuição dos efetivos.....	7
IV.	INDICADORES DE BALANÇO SOCIAL 2016.....	8
1.	Indicadores da Balanço Social do PO17 e PO18.....	8
V.	CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	10
1.	Estrutura de pessoal segundo carreira/cargo, modalidade de vinculação e género.....	10
2.	Estrutura etária	11
3.	Antiguidade na Função Pública	12
4.	Estrutura habilitacional	13
VI.	MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	14
VII.	ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL.....	16
VIII.	PRESTAÇÃO DE TRABALHO.....	17
IX.	ABSENTISMO	17
X.	ENCARGOS COM PESSOAL	19
XI.	HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO.....	20
XII.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	20
XIII.	RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA.....	22
XIV.	CONCLUSÃO	22

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Serviços e organismos afectos aos PO17 e PO18.....	4
Quadro 2. Efetivos por organismo	7
Quadro 3. Indicadores de Balanço Social do PO17 e PO18.....	8
Quadro 4. Indicadores de Balanço Social por organismo do PO17.....	9
Quadro 5 Indicadores de Balanço Social por organismo do PO18.....	9
Quadro 6. Efetivos por carreira/cargo e género	10
Quadro 7. Movimentação de efetivos por carreira/cargo	15
Quadro 8. Encargos anuais com pessoal.....	20

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Efetivos por modalidade de vinculação.....	11
Gráfico 2. Efetivos por escalão etário	12
Gráfico 3. Efetivos por antiguidade na FP	13
Gráfico 4. Efetivos por nível de escolaridade.....	14
Gráfico 5. Modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação	15
Gráfico 6. Motivo de saídas de efetivos.....	16
Gráfico 7. Modalidades de horário	17
Gráfico 8. Motivos de ausência, em dias	18
Gráfico 9. Efetivos por escalão salarial	19
Gráfico 10. Nº de Participações em ações de formação profissional	21

I. INTRODUÇÃO

O presente Balanço Social Consolidado é um documento que sintetiza e consolida a informação que consta dos diferentes Balanços Sociais, da Área de Governança da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR) e da Área de Governança do Mar (MM), com referência a 31 de Dezembro de 2016, elaborados pelos serviços e organismos integrados naquelas, em função do plasmado no Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro.

Inserir-se no ciclo de gestão anual, sendo elaborado com referência a 31 de dezembro do ano anterior. A par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização, constitui-se enquanto instrumento de planeamento e de controlo de gestão, entre outros instrumentos.

Um dos seus principais objetivos é facultar à gestão de uma organização informação que permita conhecer o capital humano existente nos serviços, o grau de eficiência dos investimentos naquele âmbito, bem como um conjunto de informações essenciais sobre a gestão e o desenvolvimento daquele capital humano.

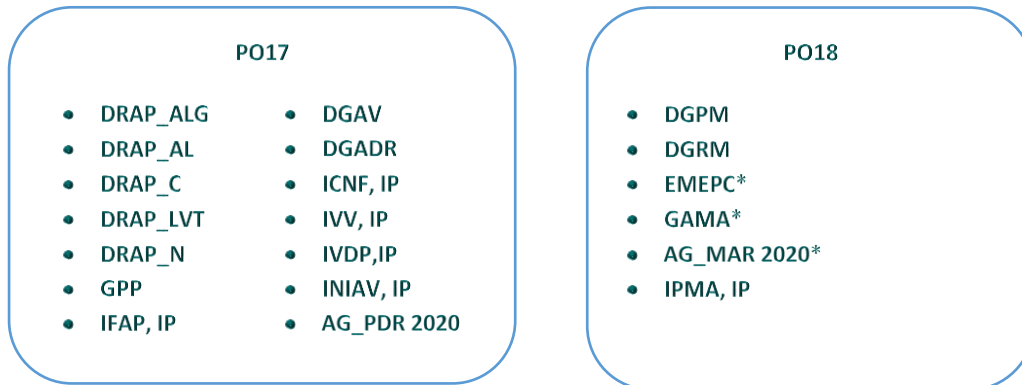
II. METODOLOGIA

Considerando a publicação do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, o qual aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional, verifica-se a existência de diferentes serviços e organismos com múltiplas tutelas.

A metodologia utilizada nesta análise consolidada, e de maneira a suprir a dificuldade de agregação referida no parágrafo anterior, foi adotada para efeitos desta análise, a estrutura prevista nos Programas Orçamentais inscritos no Orçamento de Estado de 2016 aos quais os serviços e organismos estão afetos, nomeadamente:

- ***Programa Orçamental 17 – Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (PO17)***
- ***Programa Orçamental 18 – Mar (PO18)***

As seguintes figuras evidenciam a afetação dos diferentes serviços, os quais pertencentes à Administração Direta e Indireta do Estado, por Programa Orçamental.



Quadro 1. Serviços e organismos afetos aos PO17 e PO18

Excluem-se desta análise os serviços com carácter empresarial. Este documento foi elaborado com base na informação recolhida nos diferentes dos Balanços Sociais remetidos a este Gabinete pelos serviços e organismos integrados nos PO-17 e PO18.

Foi elaborado em função do previsto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro e das orientações emanadas pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.

III. SUMÁRIO EXECUTIVO

Da análise consolidada ao Balanço Social 2016, apresentado a este Gabinete, pelos organismos pertencentes ao **PO17**, destaca-se:

- Dos 5.740 efetivos contabilizados no âmbito do PO17, 3.099 (54%) representam o género feminino e 2.641 (46%) representam o género masculino;
- O peso da carreira de técnico superior era, em 31.12.2016, de 44%, sendo a mais representativa em termos de efetivos (1744);
- O Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado assumiu-se como a regra ao vínculo de emprego público, representando 92% das modalidades de vínculo identificadas;
- O nível médio de idade dos trabalhadores, dos organismos que compunham o PO17, era, em 2016, de 53 anos, com uma taxa de envelhecimento (total de efetivos com idade igual ou superior a 55 anos) de 47%. As carreiras, com uma média de idade mais elevada, foram a de Assistente Operacional e Pessoal de Investigação com uma média de 56 anos.

- A antiguidade média era, em 31.12.2016, de 26,5 anos de serviço. A antiguidade mais elevada verifica-se na carreira de Assistente Operacional, com uma média antiguidade de 33 anos;
- Em relação aos níveis de escolaridade, a taxa de formação superior feminina situava-se nos 55%, e a taxa de formação superior masculina nos 54%. Existindo 0,5% de trabalhadores com escolaridade inferior à 4ª classe;
- Relativamente aos fluxos de pessoal ao longo do ano, e em termos percentuais, registou-se uma taxa de admissões e/ou regressos de 6% (total de 329 trabalhadores), sendo na carreira de Técnico Superior que se verificaram mais entradas (174 trabalhadores). O principal motivo prendeu-se com a consolidação da mobilidade interna (32% das situações);
- Registou-se um total de saídas de 315 trabalhadores (5%), dos quais o motivo principal, foi a reforma/aposentação, com 86 trabalhadores (27%);
- A principal modalidade de horário praticado pelos organismos do PO17 foi o horário flexível, com 4318 trabalhadores (75%);
- A taxa de absentismo foi em 2016, de 2,9%, registando-se uma diferença pouco significativa entre géneros masculino e feminino, respetivamente, de 0,8% e 2%;
- De valorizar o facto da taxa de participação em formação profissional ter sido de 119,3%;

Da análise consolidada ao Balanço Social 2016, apresentado a este Gabinete, pelos organismos pertencentes ao **PO18**, destaca-se:

- Dos 664 efetivos contabilizados no âmbito do PO18, 370 (56%) representam o género feminino e 294 (79%) representam o género masculino;
- O peso da carreira de assistente técnico era, em 31.12.2016, de 38%, sendo a mais representativa em termos de efetivos (250), seguida de técnico superior com 225 efetivos (34%);
- O Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado assumiu-se como a regra ao vínculo de emprego público, representando 88% das modalidades de vínculo identificadas;

- O nível médio de idade dos trabalhadores, dos organismos que compunham o PO18, era, em 2016, de 52 anos, com uma taxa de envelhecimento (total de efetivos com idade igual ou superior a 55 anos) de 43%. As carreiras, com uma média de idade mais elevada, foram a de Assistente Operacional e Pessoal de Investigação com uma média de 56 anos.
- A antiguidade média era, em 31.12.2016, de 24 anos de serviço. Em termos de carreira, os técnicos superiores possuem a menor média de antiguidade, com 19 anos de serviço;
- Em relação aos níveis de escolaridade, a taxa de formação superior feminina situava-se nos 56,5%, e a taxa de formação superior masculina nos 57,5%;
- Relativamente aos fluxos de pessoal ao longo do ano, e em termos percentuais, registou-se uma taxa de admissões e/ou regressos de 1% (total de 35 trabalhadores), sendo na carreira de Técnico Superior que se verificaram mais entradas (18 trabalhadores). O principal motivo prendeu-se com a consolidação da mobilidade interna (54% das situações);
- Registou-se um total de saídas de 33 trabalhadores (1%), dos quais os motivos principais foram a mobilidade interna (27%) e outras situações (61%);
- A principal modalidade de horário praticado pelos organismos do PO18 foi o horário flexível, com 399 trabalhadores (60%);
- A taxa de absentismo foi em 2016, de 2,9%, registando-se uma diferença pouco significativa entre géneros masculino e feminino, respetivamente de 0,8% e 2%;
- A taxa de participação em formação profissional foi de 75%;
- Cinco organismos, do universo do PO17 e PO18, não elaboraram Balanço Social 2016, nos termos do nº 1 do artº1º do Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, por não terem a natureza jurídica ali referida e/ou pela sua dimensão e característica: Tapada de Mafra, Casa do Douro, Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, Autoridade de Gestão Mar2020 e Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica.

1. Distribuição dos efetivos

O Quadro 4 apresenta a distribuição dos efetivos pelos organismos tutelados pelo MAFDR e MM, segundo o respetivo Programa Orçamental, que nos termos dos nºs 1 e 2 do art.º 1º do Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, elaboraram Balanço Social.

	DADOS BS					DADOS SIOE *		
	Vinculados		Diferença	Prestação Serviços	TOTAL	2016 (4)	Diferença (2-4)	
	2015 (1)	2016 (2)	(1-2)	2016 (3)	(2+3)			
PO17	Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)	180	185	5 (+)	0	185	185	0
	Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	918	904	14 (-)	1	905	895	9 (-)
	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)	172	175	3 (+)	0	175	175	0
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP N)	656	649	7 (-)	1	650	642	7 (-)
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP C)	443	449	6 (+)	0	449	449	0
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT)	234	243	9 (+)	0	243	243	0
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP AL)	281	285	4 (+)	13	298	285	0
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP ALG)	165	168	3 (+)	3	171	168	0
	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I.P.)	577	569	8 (-)	0	569	569	0
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I.P.)	1219	1250	31 (+)	0	1250	1250	0
	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I.P.)	53	58	5 (+)	1	59	58	0
	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P. (IVDP, I.P.)	133	126	7 (-)	0	126	126	0
	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV, I.P.)	614	618	4 (+)	0	618	618	0
	Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020)	62	61	1(-)	0	61	61	0
SUBTOTAL (a)	5707	5740	33 (+)	19	5759	5724	16 (-)	
PO18	Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)	231	230	1 (-)	0	230	230	0
	Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)	-	18	-	0	18	18	0
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, IP)	417	416	1 (+)	0	416	416	0
SUBTOTAL (b)	648	664	18	0	664	664	0	

Quadro 2. Efetivos por organismo

Em 31 de dezembro de 2016, o total de efetivos do **PO17** era de 5740, mais 33 do que em relação a 2015. Destaca-se o ICNF, IP, com cerca de 22% dos efetivos.

Em relação ao **PO18**, no mesmo período, o total de efetivos era de 664, mais 18 comparando com 2015 (devido à DGPM ter apresentado BS 2016). O IPMA, IP possuía cerca de 63% destes efetivos.

IV. INDICADORES DE BALANÇO SOCIAL 2016

1. Indicadores da Balanço Social do PO17 e PO18

INDICADOR	CÁLCULO	PO17	PO18
Total de efetivos	<i>Soma de efetivos a 31 de dezembro</i>	5740	664
Média etária	$\frac{\text{Soma das idades}}{\text{Total de efetivos}}$	53	52
Antiguidade média na FP	$\frac{\text{Soma das antiguidades na FP}}{\text{Total de efetivos}}$	26	24
Taxa de feminização	$\frac{\text{Total de efetivos femininos}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	54	56
Taxa de habilitação superior	$\frac{\text{Total de Bach + Licenc + Mest + Dout}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	55	57
Taxa de enquadramento	$\frac{\text{Total de dirigentes}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	6	9
Taxa de tecnicidade	$\frac{\text{Total de dirigentes + TS + Esp. Inf}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	56	55
Taxa de entradas	$\frac{\text{Total de admissões}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	6	1
Taxa de saídas	$\frac{\text{Total de saídas}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	5	1
Taxa de reposição	$\frac{\text{Total de admissões}}{\text{Total de saídas}} \times 100$	104	106
Índice de rotação	$\frac{\text{Total de efetivos a 31 dezembro}}{\text{Total de efetivos a 1 de janeiro + entradas + saídas}} \times 100$	90	91
Remuneração base média anual	$\frac{\text{Total encargos com remuneração base}}{\text{Total de efetivos}} / 12$	1 735,58 €	1 920,43 €
Taxa de participação em formação	$\frac{\text{Total de participantes em formação}}{\text{Total de efetivos}} \times 100$	35	13

Quadro 3. Indicadores de Balanço Social do PO17 e PO18

INDICADOR	PO17													
	GPP	DGAV	DGADR	DRAP N	DRAP C	DRAP LVT	DRAP AL	DRAP ALG	IFAP	ICNF	IVV	IVDP	INIAV	PDR 2020
Total de efetivos	185	904	175	649	449	243	285	168	569	1250	58	126	618	61
Nível etário	52	52	53	56	54	53	54	55	50	53	49	50	55	45
Antiguidade média na FP	27	21	27	32	28	27	29	30	21	28	22	25	29	13
Taxa de feminização	67%	60,4%	58,3%	45,5%	46,3%	60,9%	48,1%	51,2%	58%	45%	69%	45,2%	68,6%	65,5%
Taxa de hab superior	67%	64,7%	69,7%	51,2%	59,9%	60,5%	48,8%	47,6%	67,1%	40,3%	72,4%	41,3%	48,5	98,4%
Taxa de enquadramento	16,2%	5,5%	9,7%	4,3%	6%	7,4%	6,3%	9,5%	10,5%	4,4%	15,5%	7,1%	2,9%	13,1%
Taxa de aposentação	0,5%	2,4%	1,1%	2%	1,8%	1,2%	1,1%	0,6%	1,1%	1,8%	1,7%	0,8%	0,8%	0%

Quadro 4. Indicadores de Balanço Social por organismo do PO17

No quadro 4, são apresentados os principais indicadores do Balanço Social 2016, por organismo, relativos ao PO17.

INDICADOR	PO18		
	DGPM	DGRM	IPMA
Total de efetivos	18	230	416
Nível etário	46	53	52
Antiguidade média na FP	19	24	24
Taxa de feminização	72,2%	55,2%	55,3%
Taxa de hab superior	72,2%	62,6%	53,1%
Taxa de enquadramento	33,3%	13%	5%
Taxa de aposentação	0%	0,4%	0,2%

Quadro 5 Indicadores de Balanço Social por organismo do PO18

No quadro 5, são apresentados os principais indicadores do Balanço Social 2016, por organismo, relativos ao PO18.

V. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1. Estrutura de pessoal segundo carreira/cargo, modalidade de vinculação e género

Do total de efetivos do **PO17** (5.740), em 2016, 54% correspondia ao género feminino e a carreira mais representada era a de Técnico Superior (44%), seguida de Assistente Técnico (30%) e de Assistente Operacional (14%). A taxa de tecnicidade dos recursos humanos, dos organismos pertencentes ao PO17, situou-se nos 56%. Refira-se que a taxa de trabalhadores estrangeiros (União europeia, CPLP ou Outros países) era de 0,3% (com um total de 20 trabalhadores) e a taxa de trabalhadores deficientes era de 3,5% (total de 201 trabalhadores).

Relativamente ao **PO18**, a sua taxa de feminização era de 56%, tendo a carreira de Assistente Técnico a maior representatividade (38%), seguida da de Técnico Superior (34%). A taxa de tecnicidade situava-se nos 55%. Refira-se que a taxa de trabalhadores estrangeiros (União europeia, CPLP ou Outros países) era de 0,5% (com um total de 3 trabalhadores) e a taxa de trabalhadores deficientes 2,7% (total de 18 trabalhadores).

Carreira/cargo	PO17			PO18		
	M	F	Total	M	F	Total
Dirigente Superior	28	10	38	6	1	7
Dirigente Intermédio	162	163	325	23	27	50
Técnico Superior	1147	1401	2548	98	127	225
Assistente Técnico	675	1069	1744	98	152	250
Assistente Operacional	482	317	799	27	19	46
Informático	103	48	151	13	8	21
Pessoal de Inspeção	1	0	1	10	1	11
Pessoal de Investigação	41	90	131	19	35	54
Outro Pessoal	2	1	3	0	0	0
TOTAL	2641	3099	5740	294	370	664

Quadro 6. Efetivos por carreira/cargo e género

O vínculo de emprego público com maior expressão, no **PO17** e **PO18**, com 92% e 88% dos efetivos, respectivamente, era o Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado. O pessoal dirigente, a exercer funções em Comissão de Serviço, no âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), representava, no **PO17**, 6% do número total de efetivos e 9% no **PO18**.

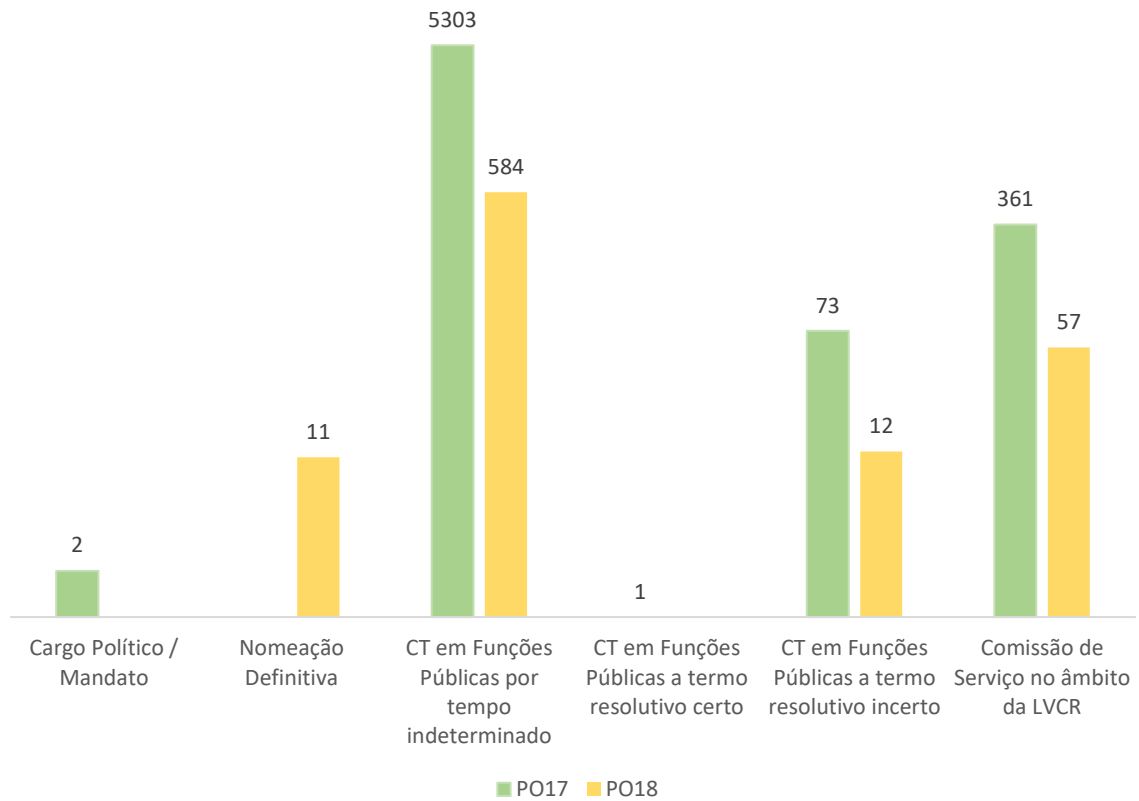


Gráfico 1. Efetivos por modalidade de vinculação

2. Estrutura etária

Do total de efetivos, do **PO17**, cerca de 69% tinha 50 anos ou mais, resultando um nível etário médio de 53 anos de idade. Na estrutura etária destacou-se o escalão 55-59 anos, contendo 25% do total de efetivos. A taxa de envelhecimento (total de efetivos com idade igual ou superior a 55 anos) situou-se nos 47%.

Em relação ao **PO18**, cerca de 63% tinha 50 anos ou mais, resultando um nível etário médio de 52 anos de idade. Na estrutura etária destacou-se o escalão 55-59 anos, contendo 22% do total de efetivos. A taxa de envelhecimento situou-se nos 43%.

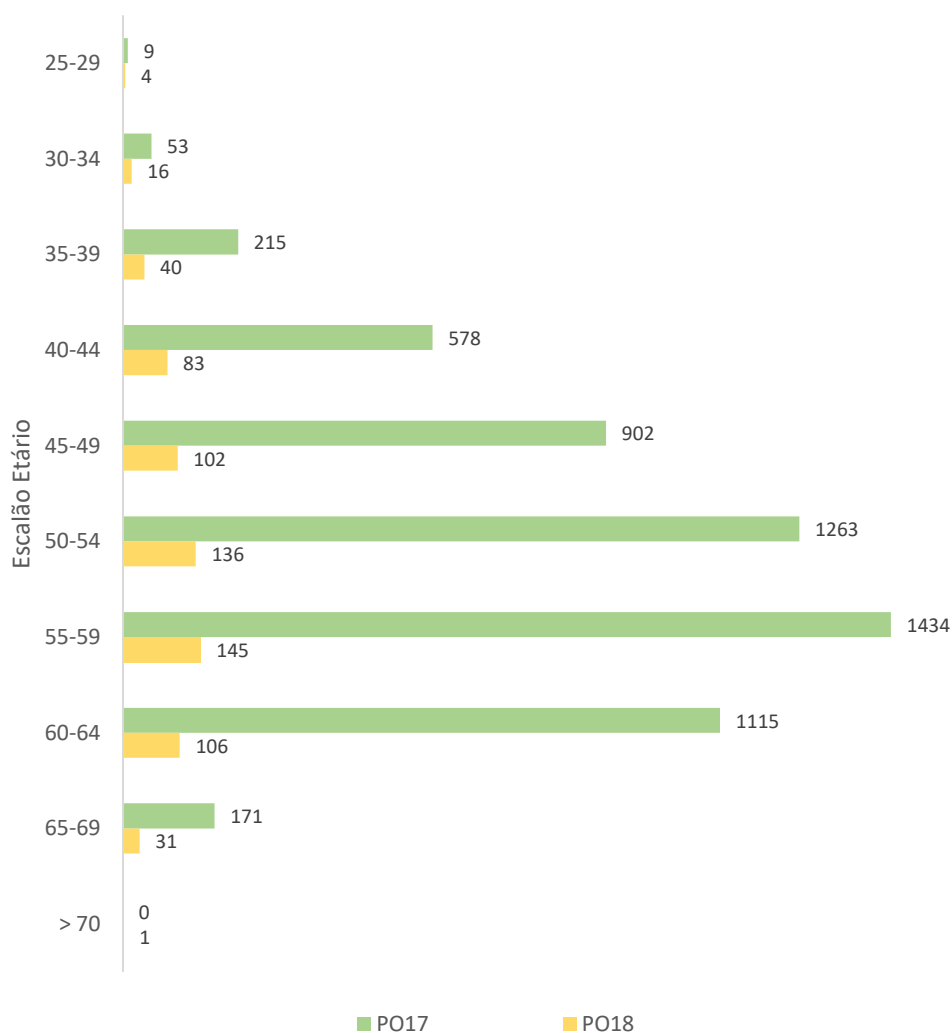


Gráfico 2. Efetivos por escalão etário

3. Antiguidade na Função Pública

A média de antiguidade na Função Pública dos trabalhadores dos organismos pertencentes ao **PO17**, em 2016, foi de 26,5 anos de serviço, em que o escalão 25-29 anos de antiguidade apresentou maior expressão, com 19% do total de efetivos.

No **PO18**, a média de antiguidade foi de 24,3 anos de serviço, em que os escalões de antiguidade 15-19 anos e 20-24 anos, apresentaram a maior expressão, representando 17% dos efetivos, respetivamente.

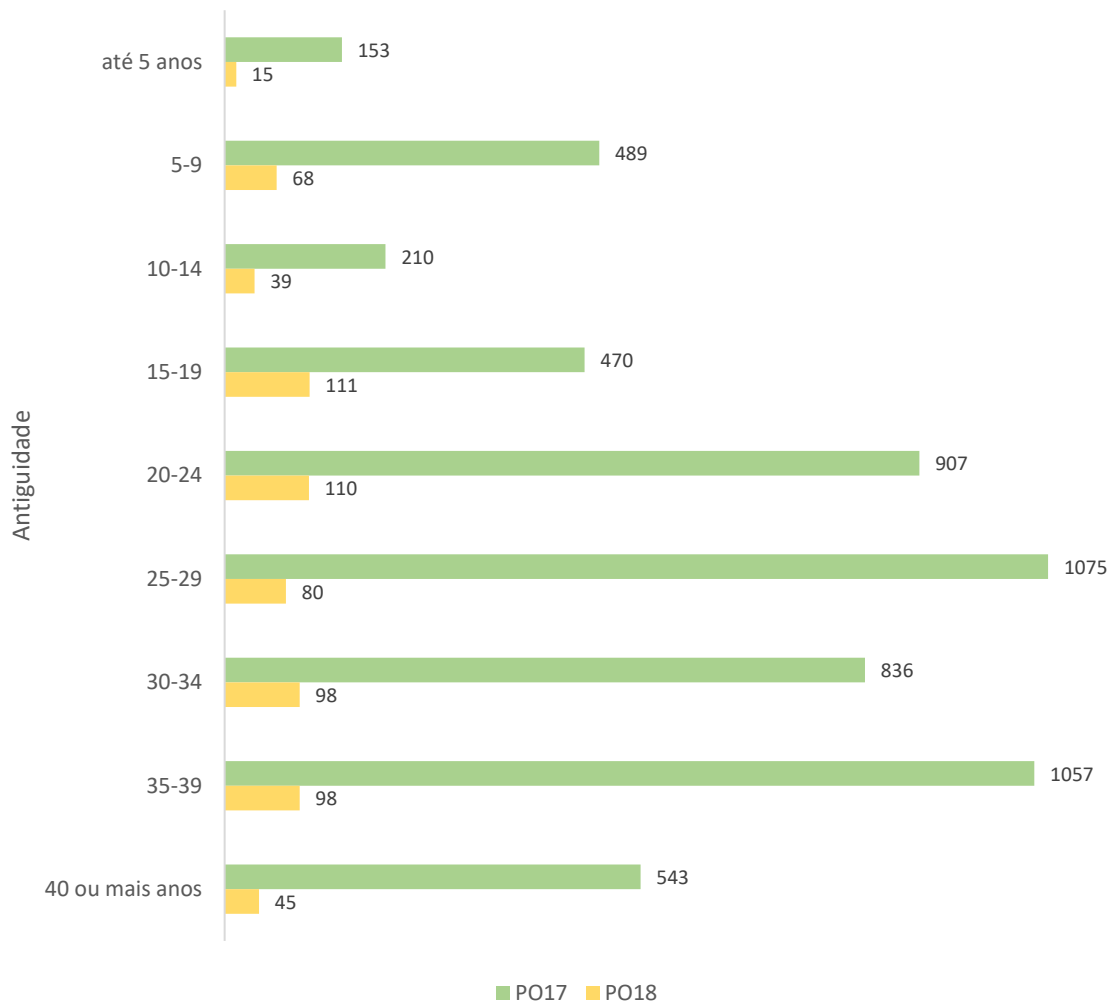


Gráfico 3. Efetivos por antiguidade na FP

4. Estrutura habilitacional

Quanto ao nível de escolaridade, no **PO17**, 55% dos efetivos apresentava habilitações académicas ao nível de Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, destacando-se a Licenciatura com 42% dos efetivos.

Em relação ao **PO18**, 57% dos efetivos apresentavam habilitações académicas superiores, destacando-se igualmente a Licenciatura com 35% dos efetivos.

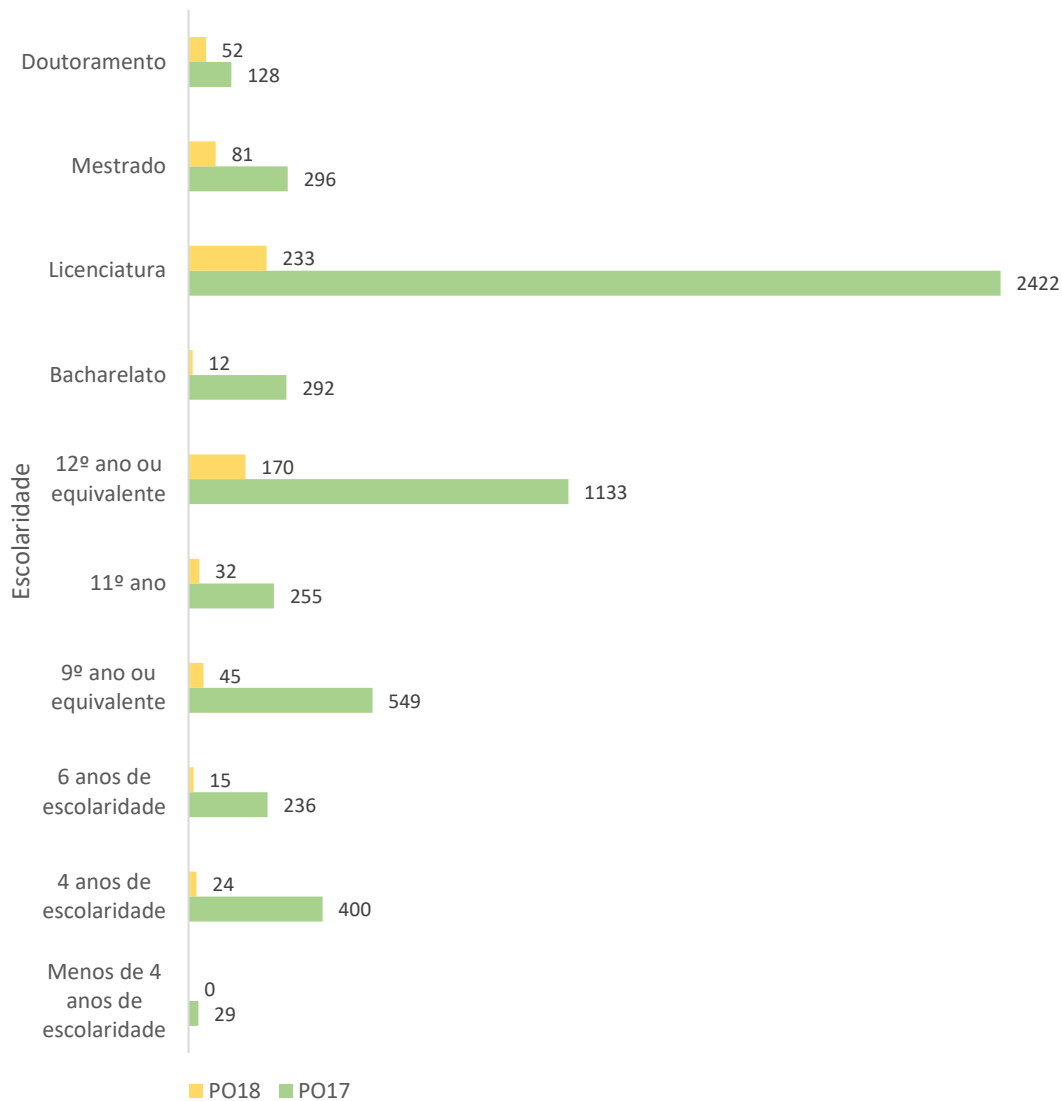


Gráfico 4. Efetivos por nível de escolaridade

VI. MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Os organismos do **PO17**, registaram um total de 329 movimentos de entrada e 315 de saída, obtendo-se uma taxa de admissões e regressos de 6%, e uma taxa de saídas de 5%. Consequentemente, a taxa de reposição foi de 104%.

Relativamente ao **PO18**, registaram-se 35 entradas e 33 de saídas, obtendo-se uma taxa de admissões e regressos de 1%, e uma taxa de saídas de 1%. Dessa forma a taxa de reposição foi de 106%.

Grupo de Pessoal	PO17			PO18		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Dirigente Superior	9	12	-3	0	0	0
Dirigente Intermédio	23	33	-10	6	4	2
Técnico Superior	174	142	32	18	13	5
Assistente Técnico	49	59	-10	7	11	-4
Assistente Operacional	48	63	-15	1	1	0
Informático	12	5	7	3	1	2
Pessoal de Inspeção	1	0	1	0	0	0
Pessoal de Investigação	13	1	12	0	3	-3
TOTAL	329	315	14	35	33	-2

Quadro 7. Movimentação de efetivos por carreira/cargo

Do total dos 329 trabalhadores admitidos, no **PO17**, o motivo que apresentou maior representatividade, em termos de regresso, foi o fim de mobilidade interna noutros organismos, com 106 regressos representando uma taxa de 32%. Também no **PO18**, o mesmo motivo, originou 19 regressos (54% das admissões e/ou regressos)

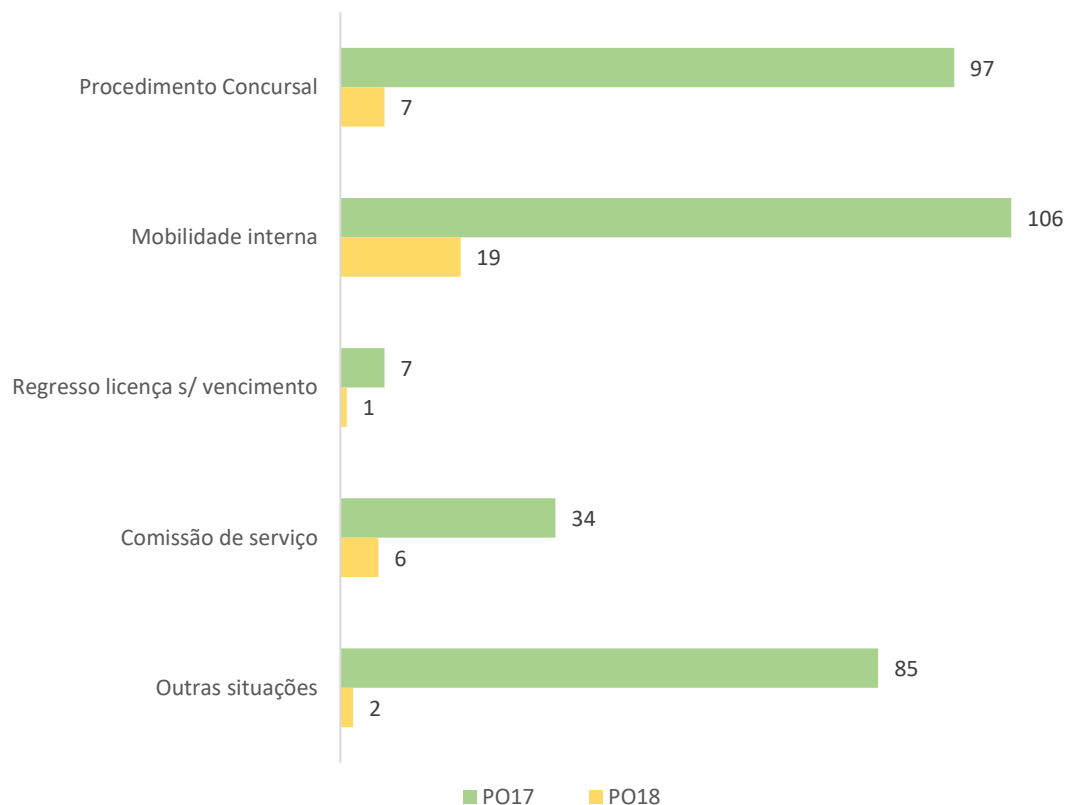


Gráfico 5. Modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Quanto aos motivos de saída, nos organismos do **PO17**, a reforma/aposentação, representou um total de 27% das saídas e a mobilidade interna 22%. Já o principal motivo de saídas, no **PO18**, foi devido a mobilidade interna, com um total de 27% das saídas.

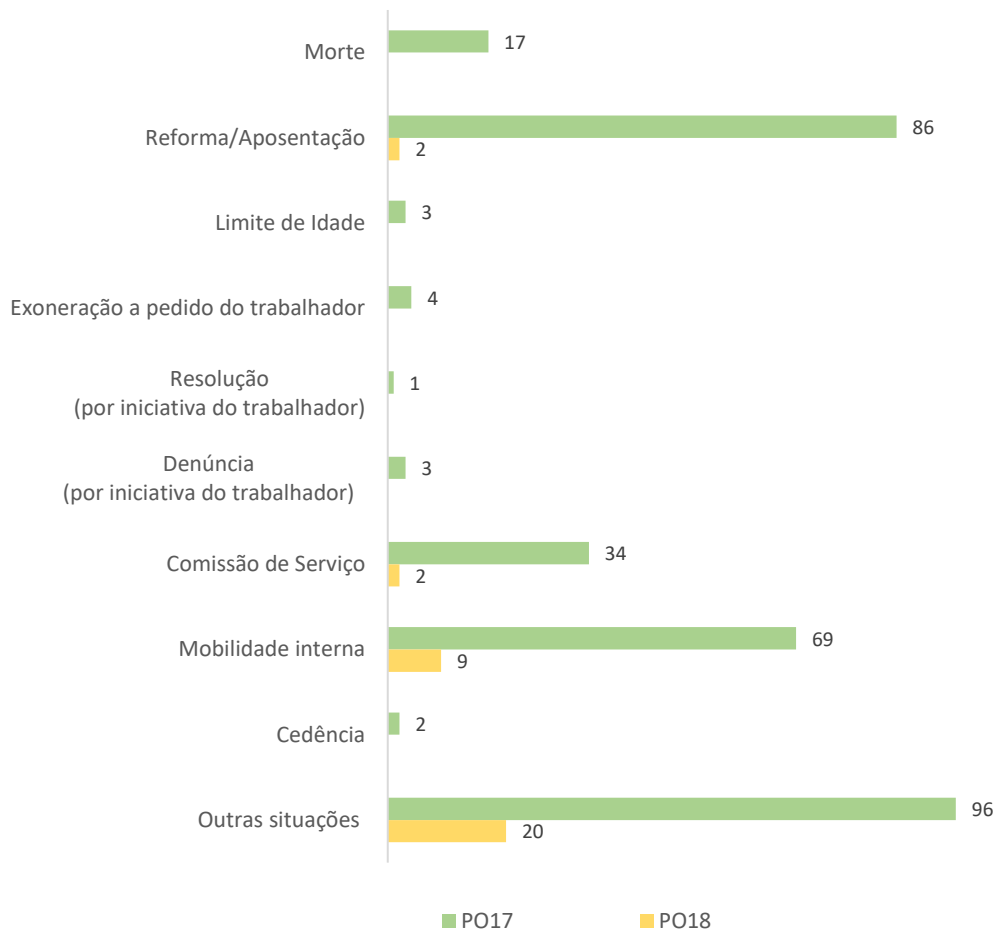


Gráfico 6. Motivo de saídas de efetivos

VII. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Nos organismos do **PO17**, ao longo de 2016, foi consolidada a situação de mobilidade interna na categoria a 61 trabalhadores e por procedimento concursal a 5 trabalhadores.

Nos organismos do **PO18**, foi consolidada a situação de mobilidade interna na categoria a 16 trabalhadores e por procedimento concursal a 6 trabalhadores.

VIII. PRESTAÇÃO DE TRABALHO

Nos recursos humanos dos organismos pertencentes ao **PO17** e **PO18**, o horário de trabalho predominante era a modalidade de horário flexível, representando 75% e 60%, respetivamente, do universo de trabalhadores efetivos.

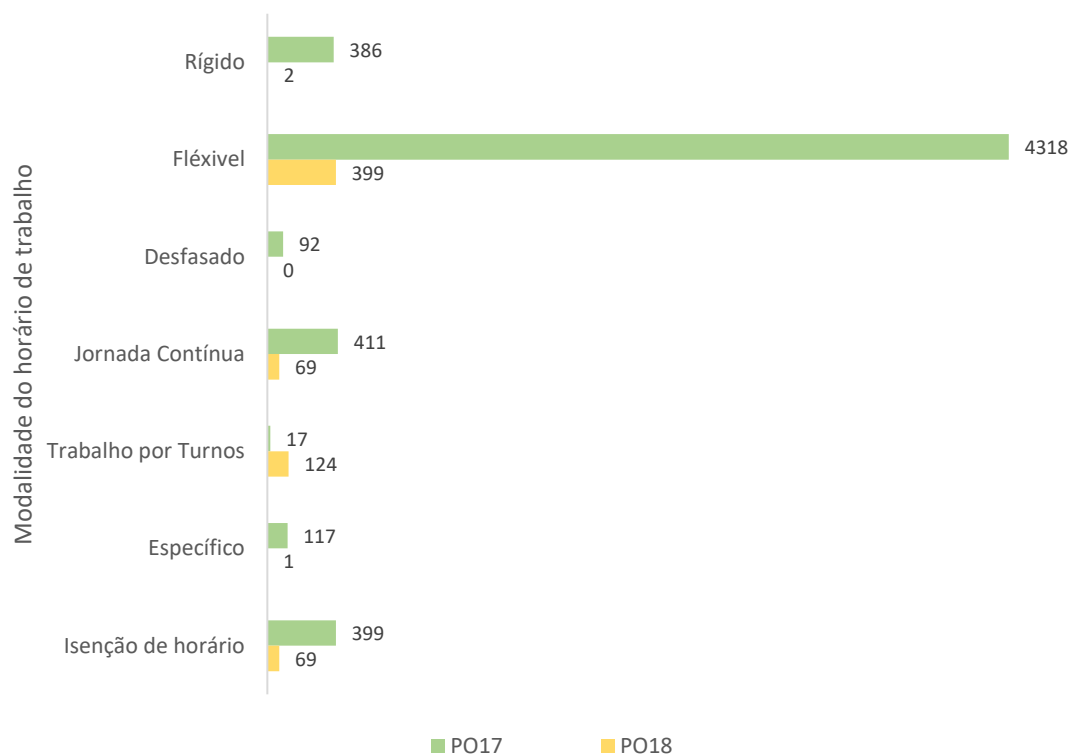


Gráfico 7. Modalidades de horário

O trabalho suplementar, em 2016, nos organismos do **PO17**, registou um total de 30.944 horas. Este esforço deu origem a um encargo de 403.047,60€, correspondente a 7% das verbas destinadas a suplementos remuneratórios.

Nos organismos do **PO18**, registou-se um total de 13.157 horas de trabalho suplementar. Este esforço deu origem a um encargo de 189.179,41€, correspondente a 15% das verbas destinadas a suplementos remuneratórios.

IX. ABSENTISMO

Os organismos do **PO17**, registaram um total de 180.890,5 dias de ausência, destacando-se os motivos de doença e por conta do período de férias, com 43% e 41% dos dias de ausência, respetivamente. Os outros motivos de ausência representam 16% do total de dias.

Os organismos do **PO18**, registaram um total de 113.515 dias de ausência, os motivos com maior representatividade, foram da mesma forma, a doença e por conta do período de férias, com 33% e 44% dos dias de ausência, respetivamente. Os outros motivos de ausência representam 23% do total de dias.

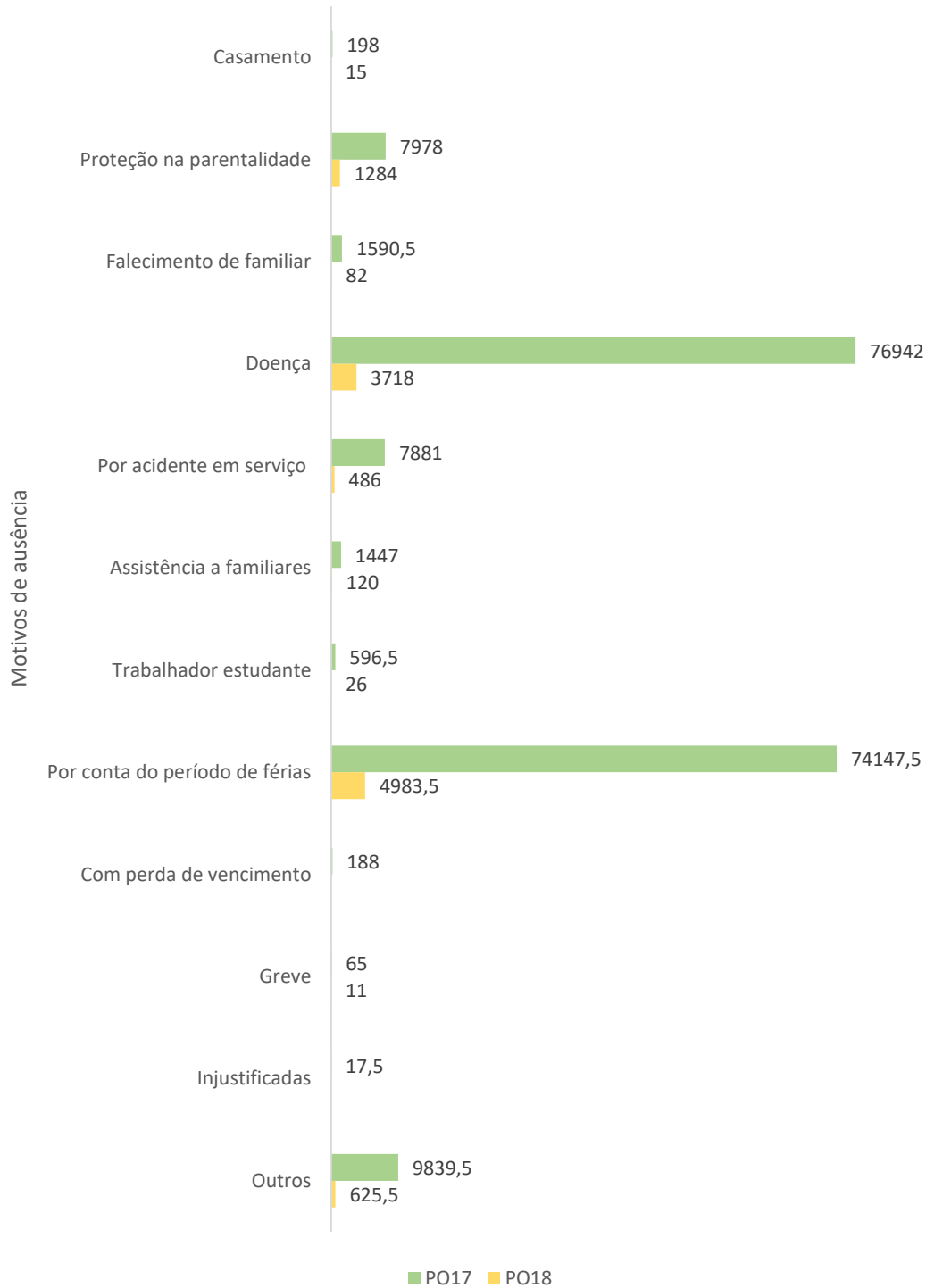


Gráfico 8. Motivos de ausência, em dias

X. ENCARGOS COM PESSOAL

Analisando a estrutura remuneratória do **PO17** e do **PO18**, no final do ano de 2016, verifica-se que os escalões de remuneração com maior incidência foram os de “501 – 1000€” com 31% dos trabalhadores no **PO17** e 19% dos trabalhadores no **PO18**. O escalão seguinte com maior número de trabalhadores é, igualmente no **PO17** e **PO18**, o de “1001 – 1250€” com 19% e 17%, respetivamente, sendo a remuneração base ilíquida média de 1.735,58€ no **PO17** e 1920,43€ no **PO18**.

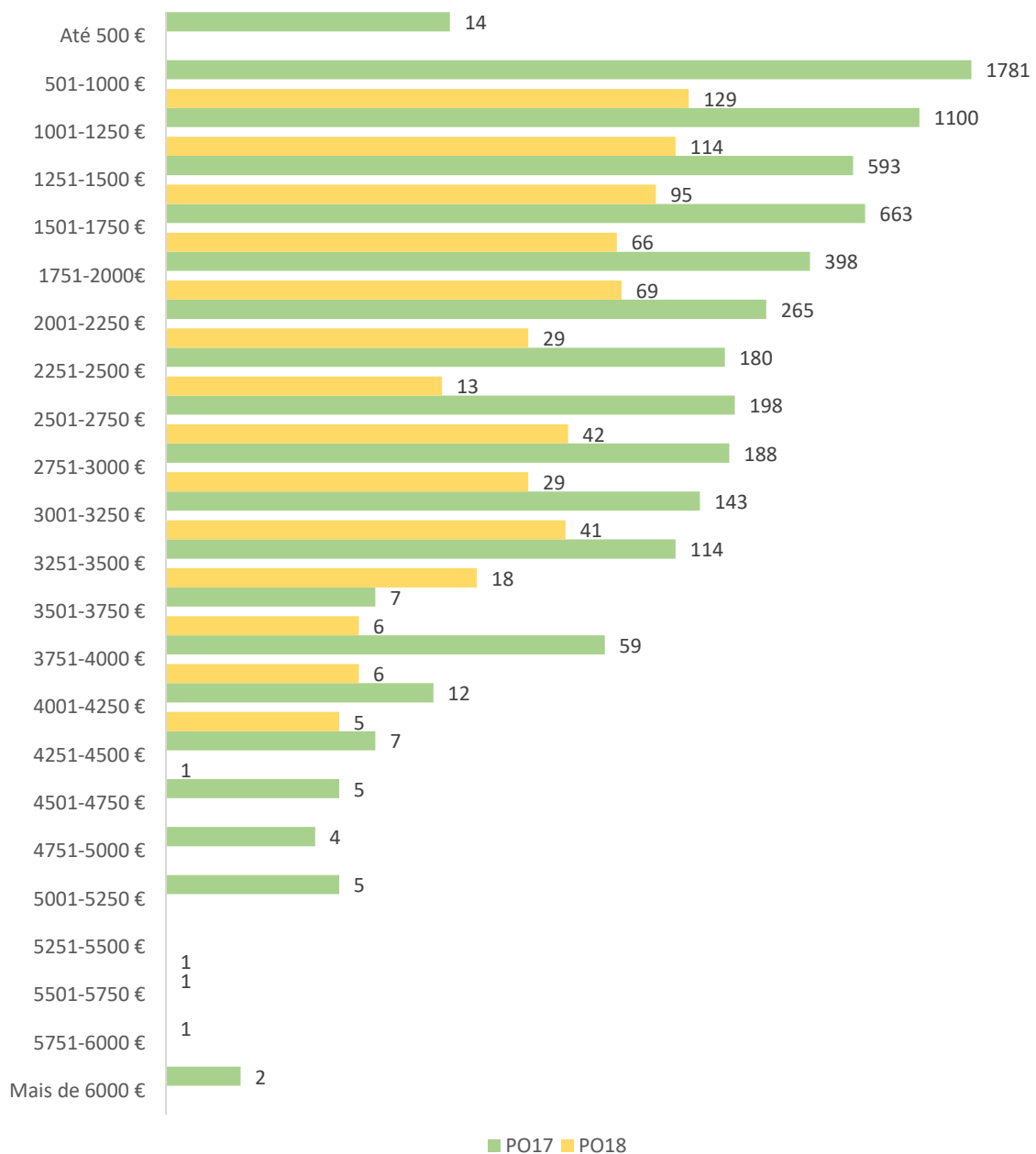


Gráfico 9. Efetivos por escalão salarial

Do total dos encargos com pessoal, do **PO17**, 78% refere-se à remuneração base, 5% a prestações sociais e 4% a suplementos remuneratórios. Já do **PO18**, 71% refere-se à remuneração base, 6% a suplementos remuneratórios e 4% a prestações sociais.

	PO17	PO18
Remuneração base ¹	119 546 866,21 €	15 301 977,10 €
Suplementos remuneratórios	6 158 482,22 €	1 284 404,29 €
Prémios de desempenho	- €	- €
Prestações sociais	7 799 548,75 €	753 573,47 €
Benefícios sociais	- €	35 109,12 €
Outros encargos com pessoal	18 873 459,73 €	4 139 480,89 €
TOTAL	152 378 356,91 €	21 514 544,87 €

Quadro 8. Encargos anuais com pessoal

XI. HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Durante o ano em referência, os organismos do **PO17**, registaram 86 acidentes de trabalho, tendo como consequência um total de 74 dias de baixa. Relativamente a atividades de medicina no trabalho, estas representaram um custo de 5.304,75€, tendo sido efetuados 1609 exames médicos e 2 visitas aos locais de trabalho. Foram ainda realizadas, no ano de 2016, 17 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, tendo participado 258 trabalhadores.

Relativamente aos organismos do **PO18**, registaram 3 acidentes de trabalho, tendo como consequência um total de 91 dias de baixa. Foi realizada, no ano de 2016, 1 ação de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, tendo participado 2 trabalhadores.

XII. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A aquisição e desenvolvimento de competências dos trabalhadores, através da participação em ações de formação profissional, foi de 35% (2.030 trabalhadores) no **PO17**, e 13% (86 trabalhadores), no **PO18**.

Em termos de horas despendidas, destacam-se os técnicos superiores, com 36.569 horas no **PO17**, e 3.521 horas no **PO18**.

¹ Inclui os subsídios de férias e Natal

Em relação ao número de participações totais (Gráfico 12), destacam-se os técnicos superiores (**PO17**: 56%; **PO18**: 52%) e assistente técnico (**PO17**:28%; **PO18**: 21%).

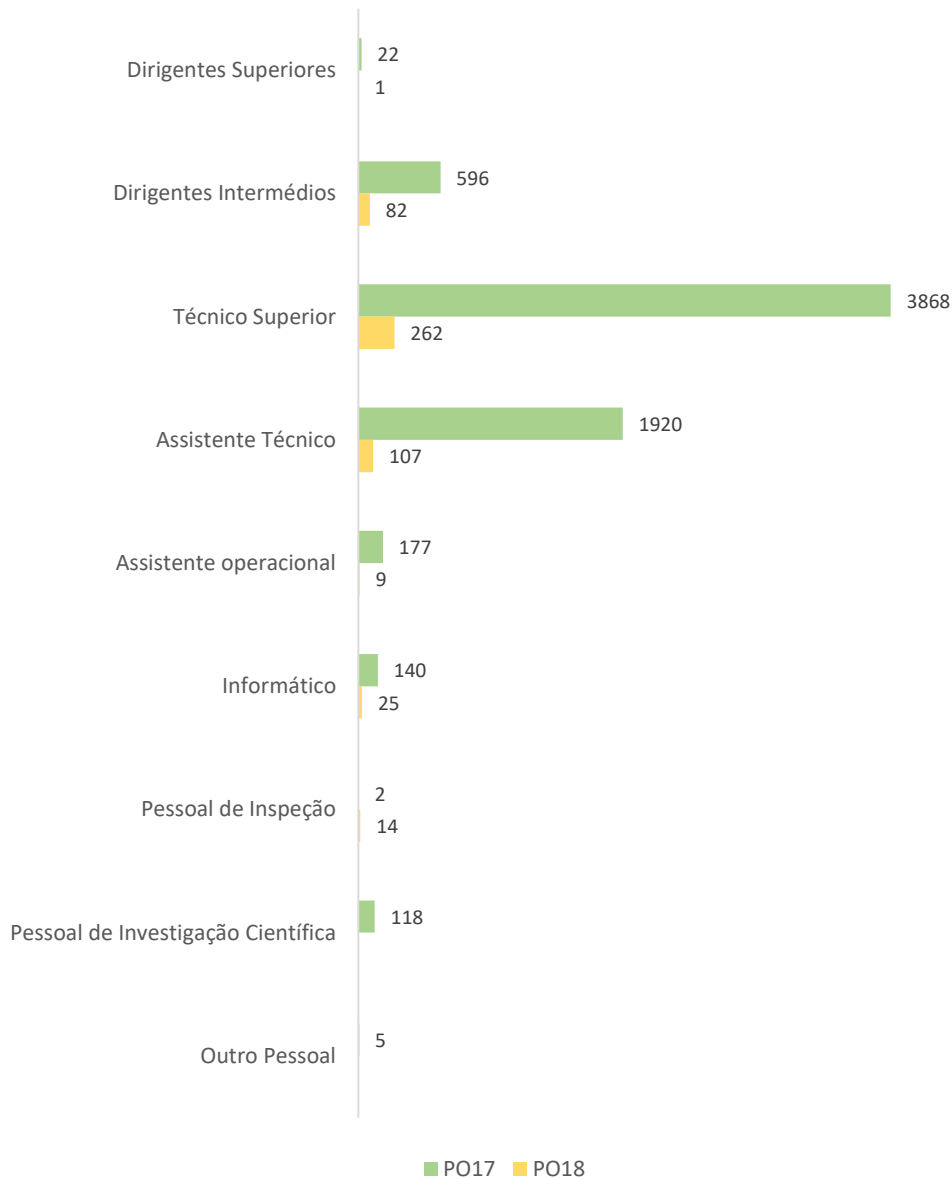


Gráfico 10. Nº de Participações em ações de formação profissional

Foi feita formação interna nos serviços do **PO17** e **PO18**, resultando em 3.430 participações e 170 participações, respetivamente, em ações de formação.

Quanto à formação externa os serviços do **PO17** e **PO18**, contabilizaram 3.418 e 330 participações, respetivamente, a qual foi realizada por entidades externas, quer sejam entidades de ensino, entidades formadoras ou outras entidades públicas ou privadas.

A verba do orçamento do **PO17** afeta a formação profissional foi de 249.857,07€, sendo 96.655,42€ referente a despesa com ações de formação internas e 153.201,65€ a ações de formação externas.

A verba do orçamento do **PO18** afeta a formação profissional foi de 23.510,48€, sendo referente a despesa com ações de formação externas.

XIII. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

Em 2016, do total de efetivos, encontravam-se sindicalizados no **PO17**: 23,8% e no **PO18**: 24,5 %.

No **PO17** foram instaurados 14 processos disciplinares durante o ano de 2016 e no **PO18** 4 processos disciplinares.

XIV. CONCLUSÃO

O Balanço Social Consolidado possui uma série de indicadores, esboçando no seu conjunto, o perfil dos recursos humanos dos Programas Orçamentais. Através da agregação dos Balanços Sociais dos organismos que integram o perímetro dos Programas Orçamentais, é possível presumir as características de perfil do seu trabalhador, através de uma análise macro às características gerais dos seus recursos humanos.

Assim, o perfil do trabalhador do **PO17**, segundo a agregação dos seus Balanços Sociais, é: Mulher (54%) com 53 anos de idade (média), que possui uma Licenciatura (42%), com cerca de 26,5 anos de antiguidade na administração pública (média), Técnica Superior (44%), com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (97%) e que aufer de remuneração mensal ilíquida 1.735,58€ (média).

O perfil do trabalhador do **PO18**, segundo a agregação dos seus Balanços Sociais, é: Mulher (56%) com 52 anos de idade (média), que possui uma Licenciatura (35%), com cerca de 24,3 anos de antiguidade na administração pública (média), Assistente Técnica (38%), com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (88%) e que aufer de remuneração mensal ilíquida 1.920,43€ (média).

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Balanço Social Consolidado 2016

DIREÇÃO

Diretor-Geral: Eduardo Diniz

Subdiretor-Geral: Bruno Dimas

Subdiretora-Geral: Cláudia Costa

Subdiretora-Geral: Ana Cristina Chéu

EDITOR

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Ministério do Mar

Praça do Comércio, 1149 - 010 Lisboa, PORTUGAL

Telefone: (+ 351) 213 234 600

Linha de Informação: (+ 351) 213 234 749

Fax: (+ 351) 213 234 601

E-mail: gpp@gpp.pt

Website: www.gpp.pt

COORDENAÇÃO

Chefe de Divisão: João Pedro Frade
Divisão de Desenvolvimento Organizacional

ELABORAÇÃO

Técnico Superior: Ana Pinto
Divisão de Desenvolvimento Organizacional
Direção de Serviços de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

Técnico Superior: Helder Moreira
Divisão de Desenvolvimento Organizacional
Direção de Serviços de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

CAPA

Divisão de Administração de Políticas e Comunicação
Direção de Serviços de Comunicação e Informática

Outubro 2017